



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE E AS PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS BRASILEIRAS

Luiz Guilherme Kneese de Camargo Fidelis

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Economia e Administração, Faculdade de Ciências Econômicas, e-mail: luiz.gkcf@puccamp.edu.br

Cândido Ferreira da Silva Filho

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Economia e Administração, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sustentabilidade, e-mail: candidofilho@puc-campinas.edu.br

Vinícius Eduardo Ferrari

Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Economia e Administração, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Sustentabilidade, e-mail: vinicius.ferrari@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Em nossos dias, a humanidade enfrenta o desafio de promover o desenvolvimento social, econômico, político, cultural e ambiental, das gerações presentes, sem comprometer a existência das gerações futuras. Face ao exposto, o objetivo da pesquisa foi conhecer a noção de sustentabilidade das instituições bancárias brasileiras e as políticas de sustentabilidade priorizadas pelos bancos brasileiros. Metodologicamente, a pesquisa se caracteriza como exploratória e descritiva, cujo desenvolvimento aconteceu por meio de pesquisa bibliográfica e em documentos disponibilizados publicamente pelas instituições bancárias, tais como, relatório integrado, relatórios de sustentabilidade, web site corporativo. Foram selecionadas para pesquisa as principais instituições bancárias brasileiras e que realizam ações voltadas à sustentabilidade. Como resultado, ficou demonstrado que as instituições bancárias brasileiras possuem ações que contribuem para a efetivação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável pelas empresas brasileiras.

Palavras-chave: sustentabilidade; Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Agenda 2030; bancos.

1. INTRODUÇÃO

Na sociedade capitalista o consumo domina o homem. Todos são chamados a consumir cada vez mais. Novas necessidades de consumo surgem a todo o momento. As necessidades são ilimitadas e crescentes. Contudo, os recursos são escassos. Isso gera desequilíbrios que atingem toda a sociedade. Nos últimos tempos, o crescimento se fez destruindo a natureza e o meio ambiente enquanto, ao mesmo tempo, as massas empobreciam e as corporações cresciam e se



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

tornavam maiores e mais poderosas numa escala global. Daí, a relevância das preocupações com o desenvolvimento sustentável.

Em 1987 a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas divulgou o Relatório Brundtland denominado “Nosso futuro comum” (COMISSÃO..., 1991). Neste relatório se propõe que o crescimento esteja apoiado em práticas que conservem e expandam a base dos recursos naturais. O crescimento é considerado essencial para reduzir a pobreza (COMISSÃO..., 1991, p. 1). Não se pode separar desenvolvimento econômico das questões relativas ao meio ambiente (COMISSÃO..., 1991, p. 3-4).

De acordo com o Relatório Brundtland (COMISSÃO..., 1991, p. 10), o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras. O desenvolvimento sustentável deve ser entendido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem as suas próprias necessidades” (COMISSÃO..., 1991, p. 46).

Sachs (2004), por sua vez, defende que o desenvolvimento sustentável possibilita promover a inclusão social, o bem-estar econômico e a preservação dos recursos naturais. O desenvolvimento sustentável ou ecodesenvolvimento, na interpretação de Sachs (2002, p. 54), está fundado na “harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos”. Veiga (2017, p. 236) afirma que “desenvolvimento tem a ver, primeiro e acima de tudo, com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolherem, e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem suas escolhas”. Em outros termos, desenvolvimento sustentável implica atender às necessidades das gerações atuais, sem comprometer a existência das gerações futuras.

Assim, o desenvolvimento sustentável não pode ser entendido como obstáculo para o crescimento dos países, especialmente, os mais pobres. O desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um processo de crescimento econômico, distribuindo renda e preservando o meio ambiente (ROMEIRO, 2012).

Em 2000, os países membros da ONU elaboraram a Declaração do Milênio. Com essa Declaração assumiram o compromisso em estabelecer uma nova parceria para alcançar um conjunto de “objetivos de desenvolvimento do milênio” (ODM) até 2015, como consta no quadro 1. O propósito era, com participação social e implementação de políticas públicas, melhorar os indicadores de desenvolvimento sustentável.

QUADRO 1. Objetivos de desenvolvimento do milênio.

Ordem	Objetivos
1.	Acabar com a fome e a miséria.
2.	Oferecer educação básica de qualidade para todos.
3.	Promover a igualdade entre sexos e a autonomia das mulheres.
4.	Reduzir a mortalidade infantil.
5.	Melhorar a saúde das gestantes.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

6.	Combater a AIDS, a malária e outras doenças.
7.	Garantir qualidade de vida e respeito ao meio ambiente.
8.	Estabelecer parcerias pelo desenvolvimento.

Fonte: Portal Brasil, s.d..

Posteriormente, preocupada em erradicar a pobreza, proteger o planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs, em 2015, a denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

O propósito da Agenda 2030 é pôr o mundo em um caminho sustentável, erradicando a pobreza, promovendo a igualdade e poupando as gerações futuras dos efeitos perversos das mudanças do clima (IPEA, 2018). Daí, a necessidade, de um lado, de medidas “ousadas e transformadoras” e, de outro, do comprometimento das pessoas, empresas e governos, com as metas a serem cumpridas até 2030. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) estão representados na Figura 1.

Figura 1. Objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS).



Fonte: Nações Unidas, 2015.

Abramovay (2010) alerta que a sustentabilidade do planeta está ameaçada pela ausência de



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

horizonte estratégico voltado ao desenvolvimento sustentável, tanto por parte do governo como das direções empresariais.

No contexto das organizações, Elkington (1994) propôs um modelo de mudança social fundamentado no triple bottom line (ou tripé da sustentabilidade), que prevê a integração entre as dimensões econômica, humana e ambiental, com o propósito de prestar atendimento, de forma equilibrada, às pessoas e ao planeta, sem comprometer a rentabilidade do negócio. Em outros termos, as organizações empresariais passaram a se preocupar com a gestão dos seus negócios sob o ponto de vista econômico, social e ambiental.

Contudo, o tripé da sustentabilidade é de difícil operacionalização. Não é tarefa simples orientar as ações, processos e práticas da organização para a sustentabilidade. Conscientizar e influenciar os stakeholder's também são tarefas complexas. Ao mesmo tempo, as organizações têm sido avaliadas e pressionadas pelos seus *stakeholders*, que precisam ser considerados em suas decisões empresariais (OTHER et al., 2018)

As Nações Unidas entendem que as empresas não podem prosperar em um mundo de pobreza, desigualdade, agitação social e estresse ambiental. No que diz respeito ao envolvimento das empresas nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), as Nações Unidas disponibilizaram o *Blueprint for Business Leadership on the SDGs* (BBL), um guia que apresenta sugestões de possíveis ações e orientações de como implementá-los (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, s.d.).

De acordo com o *Blueprint for Business Leadership on the SDGs* (BBL) a liderança empresarial exige assumir compromissos com o desenvolvimento sustentável e traduzi-los em ações e metas que maximizem as contribuições para a consecução dos ODS. Para as Nações Unidas (s.d.), as empresas podem aproveitar oportunidades no valor de US\$12 trilhões em economias e receitas até 2030, adotando os ODS.

Inegavelmente, as instituições bancárias possuem alto potencial de serem agentes de mudanças na medida em ofertam crédito para o setor produtivo e podem conceder tratamento diferenciado às empresas que aplicam práticas sustentáveis. Barakat e Polo (2015) afirmam que os bancos brasileiros consideram a responsabilidade socioambiental um componente relevante na tomada de decisão de concessão de empréstimos aos clientes. Ressalte-se que o Banco Central do Brasil fixou um conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática que devem ser observados pelos bancos brasileiros.

Além disso, outra preocupação recorrente diz respeito à comunicação das ações social e ambientalmente responsáveis. Decorre daí, a relevância da incorporação dos princípios de sustentabilidade pelas organizações bancárias que, por meio do relato integrado, comunicam suas ações voltadas à sustentabilidade. Considerando a relevância das instituições bancárias, ao assumirem compromissos com a sustentabilidade seguramente estimulam outras organizações empresariais a se comprometerem com a sustentabilidade. Diante do exposto, as questões norteadoras da pesquisa são: qual a noção de sustentabilidade das instituições bancárias brasileiras? Quais as políticas voltadas à sustentabilidade dos bancos brasileiros? Quais as práticas que evidenciam o compromisso dos bancos brasileiros com a sustentabilidade?

Face ao exposto, os objetivos da pesquisa foram conhecer a noção de sustentabilidade das instituições bancárias brasileiras, as práticas e os fundamentos das políticas de sustentabilidade.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

2. REVISÃO DE LITERATURA

2.1. Crescimento e desenvolvimento

Desenvolvimento e crescimento econômico não devem ser entendidos como sinônimos. Veiga e Zats (2008, p. 15) afirmam que por muito tempo crescimento foi compreendido como sinônimo de desenvolvimento econômico, isto porque, acreditava-se que “bastaria um país crescer para que automaticamente se tornasse desenvolvido”.

Neste sentido, as políticas econômicas procuravam estimular de forma contínua consumo e investimento, que eram percebidos como fundamentais para sustentar o crescimento da economia e, por consequência, o desenvolvimento. No entanto, o consumo desenfreado não tem aumentado a felicidade humana de tal forma que, segundo Romeiro (2012, p.84), “o cidadão americano [...] embora tenha uma capacidade de consumo muito superior à de seu avô ou bisavô, não a percebe como algo capaz de fazê-lo mais feliz por isso”.

Para Jackson (2013) a busca incansável por bens materiais passou a ser condição do bem-estar e felicidades humanas. Contudo, o consumo sem limites é insustentável, pois temos muitas limitações sociais, ambientais e econômicas em nosso planeta. Em verdade, a sociedade precisa rever os seus valores para escapar da patologia do consumismo. Sachs (2008) afirma que a economia capitalista possui grande eficiência no que diz respeito à produção de bens e riquezas em volume crescente, mas com custos sociais e ambientais igualmente crescentes.

A crença que o crescimento leva ao desenvolvimento decorre da experiência européia. Países periféricos na tentativa de superar o abismo com relação à Europa apoiaram por todos os meios o crescimento e, de fato, tiveram algum sucesso econômico no quesito da renda. Porém, o crescimento não veio acompanhado de desenvolvimento, isto é, acesso à saúde, educação ou cultura. A desigualdade social se aprofundou e as liberdades começaram a ser sacrificadas resultando em ditaduras militares, que eram justificadas como o caminho indispensável para a realização de “milagres econômicos”, que não eram vivenciados pelas camadas mais pobres (SACHS, 2008).

Efetivamente, nossa sociedade consumista pressiona a biosfera causando danos, muitos dos quais irreversíveis. Não há riqueza ou crescimento no mundo que seja capaz de regenerar a natureza. Os ecossistemas já não conseguem acompanhar as atividades humanas (VEIGA, 2015).

Isto acontece, entre outras coisas, porque parcela da sociedade insiste em utilizar o produto interno bruto (PIB), que mensura a produção, como indicador de desenvolvimento dos países. Por superar esta limitação é que foi proposto o IDH, este indicador engloba fatores como a saúde, renda e educação. Todavia, mesmo que o IDH represente um avanço para o desenvolvimento, ele não inclui o fator ambiental que é primordial para todo o sistema econômico e enfrenta um processo de destruição sem limites (VEIGA, 2015).

Sachs (2008) apresenta três conceitos principais relacionados ao desenvolvimento: incluyente, pois requer a garantia do exercício dos direitos civis, cívicos e políticos; sustentável, se referindo a condição ambiental sustentável; e sustentado referindo-se à permanência do processo de desenvolvimento. O desenvolvimento sustentável deve estar alicerçado em cinco pilares principais: social, ambiental, territorial, econômico e político, visando assegurar o bem-estar das gerações atuais e futuras.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Para Sen (2010, p. 20), o desenvolvimento deve ser visto a partir da perspectiva da liberdade: social, econômica e civil no qual “as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais”. De acordo com o autor, é imperativo que sejam removidas as principais privações de liberdade como a pobreza, carência de oportunidades econômicas ou a interferência excessiva de governos não democráticos.

Em síntese, quando os benefícios do crescimento servem para criar oportunidades e elevar a liberdade, permitindo às pessoas fazer escolhas, então, pode-se falar em desenvolvimento. E o desenvolvimento se torna sustentável quando equilibra os objetivos econômicos, sociais e ambientais num compromisso intergeracional.

2.2. Sustentabilidade nas organizações empresariais e bancos

O envolvimento das empresas com a causa da sustentabilidade é muito importante, isto porque, de um lado, utilizam a maior parte dos recursos extraídos da natureza nos seus processos de produção e, de outro, possuem enorme capacidade de induzir clientes e fornecedores a utilizarem sistemas produtivos mais eficientes (VILLELA, s.d.).

O pensamento econômico neoclássico entende que as diretrizes ambientais impactam os custos empresariais negativamente. Já a abordagem heterodoxa acredita que a competitividade depende da capacidade da empresa programar estratégias que preservem sua posição no mercado em um horizonte de longo prazo e, também, de se reinventar e adaptar quando novas dinâmicas econômicas surgem (JEUCKEN e BOUMA, 1999).

Efetivamente, a sociedade está atenta ao papel das organizações empresariais na preservação do meio ambiente e no bem-estar da sociedade, e a opinião pública demanda que as empresas formulem suas ações com base no comprometimento socioambiental. Os negócios privados são expostos às mais variadas formas de julgamentos públicos, colocando em risco toda a estrutura empresarial se estratégias de responsabilidade socioambiental não forem introduzidas na cultura e ação das empresas (ABRAMOVAY 2012).

Decorre daí, que a responsabilidade socioambiental agrega valor ao negócio e deve ser compreendida como investimento de longo prazo, pois fortalece os laços com os stakeholders como, clientes, governo, investidores e ativistas, criando relacionamentos positivos que melhoram a reputação e a lucratividade (MIN, DESMOULINS-LEBEAULT E ESPOSITO, 2017).

As empresas podem contribuir para um mundo mais sustentável de muitas formas. Dentre estas temos, por exemplo, a reestruturação dos processos produtivos e da matriz energética (LEITE, 2018). Os bancos podem contribuir para um mundo mais sustentável por meio do financiamento ao financiar as iniciativas empresariais voltadas a um mundo mais sustentável.

Segundo Abramovay (2012) as mídias sociais são um instrumento importante de formação da opinião pública e de pressão sobre as empresas. Com a facilidade de acesso às informações e o compartilhamento de postagens, desvios éticos e o desrespeito aos ecossistemas da natureza podem resultar em prejuízos para a credibilidade e a imagem da empresa. Por conseguinte, as empresas devem estar atentas e reagir à evolução das ideias e opiniões da sociedade sobre a sustentabilidade.

As empresas não são responsáveis somente por assegurar lucros máximos aos acionistas, mas a opinião pública espera que as empresas minimizem os impactos das suas atividades sobre o



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

meio ambiente e a sociedade. Além dos lucros as empresas precisam estar atentas às suas responsabilidades sociais e ambientais, entre outras coisas. Decorre daí, a relevância dos relatórios de sustentabilidade. As empresas utilizam o website corporativo e os relatórios de sustentabilidade para, de forma voluntária, divulgar o propósito das suas ações sociais, ambientais e valores éticos.

É importante notar desde as décadas finais do século XX o mundo dos negócios passou por intensa transformação, e os ativos financeiros ganharam importância na formação da riqueza. As organizações empresariais passaram a dar mais atenção à acumulação financeira do que a acumulação por meio das atividades produtivas. Resultou daí, a financeirização. Braga et al. (2017) afirmam que a financeirização representa uma nova forma de definir, acumular e gerir riqueza, com impactos sobre as decisões dos gastos dos principais atores econômicos e governos, com repercussão sobre os ciclos de negócios.

Os bancos, por não realizarem atividades produtivas que impactem diretamente ao meio ambiente, não são considerados causadores de altos danos socioambientais. No entanto, possuem contato direto com os clientes, e ocupam posição privilegiada para influenciar o comprometimento do setor privado com a sustentabilidade e o meio ambiente, pois controlam os recursos financeiros necessários para financiar projetos de investimentos sustentáveis.

Além disso, os bancos são capazes de impactar de forma decisiva o desenvolvimento das economias. São as instituições bancárias que determinam a escala, o ritmo, a duração e os riscos do fluxo de dinheiro. Os bancos influenciam quantitativamente e qualitativamente as economias, pois determinam o direcionamento do crescimento e desenvolvimento econômico (JEUCKEN E BOUMA, 1999).

Sendo as instituições bancárias precursoras da financeirização, desempenham papel relevante ao adotarem e financiarem políticas de responsabilidade social e ambiental. Esse posicionamento pode trazer benefícios tanto para a sociedade e meio ambiente como, para os seus acionistas, que podem se deparar com novas oportunidades de negócios e melhoria da reputação (AMARAL, 2018).

Com o lançamento dos Princípios do Equador em 2002, a preocupação com a sustentabilidade nos bancos começou a ter maior repercussão. O acordo foi firmado pelos dez maiores bancos do mundo no qual foi estabelecido que ao concederem crédito a partir de determinado valor devem ser assegurados que estes projetos sejam realizados de forma sustentável e responsável. O Brasil possui instituições bancárias signatárias dos Princípios do Equador, revelando o compromisso dos bancos brasileiros com a sustentabilidade.

Em 2014 foram criadas por meio da Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) de nº 4.327 regulamentos que tratam da responsabilidade socioambiental dos bancos brasileiros. Esta regulamentação da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática das instituições financeiras foi aperfeiçoada por meio da Resolução CMN nº 4.945 de 2021, que fixou um conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática, que devem ser observados pelas instituições financeiras na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

A Resolução nº 4.945 estabeleceu no § 1º do artigo 3º os princípios e diretrizes de natureza social, ambiental e climática que devem ser observados pelas instituições financeiras atuantes no Brasil:



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Art. 3º Para fins desta Resolução, a PRSAC consiste no conjunto de princípios e diretrizes de natureza social, de natureza ambiental e de natureza climática a ser observado pela instituição na condução dos seus negócios, das suas atividades e dos seus processos, bem como na sua relação com as partes interessadas.

§ 1º Para fins desta Resolução, considera-se:

I - natureza social, o respeito, a proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum;

II - interesse comum, interesse associado a grupo de pessoas ligadas jurídica ou factualmente pela mesma causa ou circunstância, quando não relacionada à natureza ambiental ou à natureza climática;

III - natureza ambiental, a preservação e a reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação, quando possível;

IV - natureza climática, a contribuição positiva da instituição:

a) na transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e

b) na redução dos impactos ocasionados por intempéries frequentes e severas ou por alterações ambientais de longo prazo, que possam ser associadas a mudanças em padrões climáticos; e

V - partes interessadas:

a) os clientes e usuários dos produtos e serviços da instituição;

b) a comunidade interna à instituição;

c) os fornecedores e os prestadores de serviços terceirizados relevantes da instituição;

d) os investidores em títulos ou valores mobiliários emitidos pela instituição; e

e) as demais pessoas impactadas pelos produtos, serviços, atividades e processos da instituição, segundo critérios por ela definidos.

3. METODOLOGIA

Esta pesquisa se caracteriza, em primeiro lugar, como qualitativa. A pesquisa qualitativa busca a explicação sistemática dos fatos que ocorrem no contexto social que, geralmente, se encontra relacionado a uma multiplicidade de variáveis (GIL, 2008). Knechtel (2014) afirma que a análise qualitativa é subjetiva e envolve aspectos como crenças, valores, motivações, as relações sociais, atitudes, estratégias e modelos de gestão.

A pesquisa é exploratória. Para Trivinos (2010) a pesquisa exploratória possibilita aumentar a experiência em torno de determinado problema. Este trabalho é descritivo. Isto porque, visa descrever a percepção das instituições bancárias sobre a sustentabilidade. A pesquisa também é descritiva. Segundo Gil (2008) este nível de pesquisa tem como objetivo descrever as



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

características de determinado fenômeno ou estabelecer relações entre variáveis e determinar a natureza dessa relação. De acordo com Severino (2007, p. 123) pesquisa descritiva é aquela que além de “registrar e analisar os fenômenos estudados, busca identificar suas causas.” Nesse sentido, pretenderam-se caracterizar as ações socioambientais das maiores empresas brasileiras, as parcerias estabelecidas e os benefícios para a sociedade

No que diz respeito à coleta de dados, a pesquisa pode ser classificada como bibliográfica e documental, isto porque, além do levantamento em livros e periódicos, utilizamos informações públicas das empresas estudadas que não sofreram tratamento analítico. Gil (2008, p. 51) afirma que a pesquisa bibliográfica utiliza livros, artigos e outros materiais que sofreram tratamento analítico. De acordo com Fachin (2001, p. 125) a pesquisa bibliográfica diz respeito ao conjunto de conhecimentos humanos reunidos nas obras. Para a autora, são diversos os tipos de fontes de pesquisa bibliográfica, tais como, literatura de referência, revisões, resumos, catálogos, índices bibliográficos e bibliografias, entre outros. Já a pesquisa documental utiliza materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram estudados os relatórios integrados das maiores instituições bancárias do Brasil. O relatório integrado tem por objetivo reunir na mesma plataforma informações contábeis, financeiras e socioambientais das empresas organizações empresariais.

A seleção desses bancos teve como critério o volume de ativos. Como resultado, as instituições bancárias estudadas foram: Bradesco; Itaú Unibanco; Santander; Banco do Brasil; e, Caixa.

Para compreensão da noção de sustentabilidade e das práticas socioambientais responsáveis dos bancos brasileiros, foram avaliados os seguintes aspectos: o respeito, a proteção e a promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum; a preservação e reparação do meio ambiente; a contribuição na transição de uma economia de baixo carbono; e, a contribuição na redução de intempéries associados aos efeitos das mudanças climáticas.

4. RESULTADOS

4.1. Análise descritiva

Examinando o site das 1000 maiores empresas canadenses Basil e Erlandson (2008) propõem que as empresas mais bem-sucedidas com base em lucro e receita total, têm como característica possuir uma forte dedicação às atividades de responsabilidade social.

Da mesma forma, examinamos o website corporativo dos bancos brasileiros em abril de 2021 em busca de conhecer o envolvimento das cinco maiores instituições bancárias brasileiras com a responsabilidade socioambiental. Como pode ser visto no quadro 1 ficou evidente a preocupação com a problemática socioambiental e os esforços em comunicar adequadamente as ações nesta área.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Quadro 1. Envolvimento dos bancos comerciais do Brasil com a sustentabilidade.

Banco	Origem	Código ética e/ou conduta	Link para sustentabilidade	Detalhamento projetos Sustentabilidade		Resultados projetos Sustentabilidade		Clipes imprensa e artigo jornalístico	Link relatório integrado	Prêmios sustentabilidade	Participação em fundações e associações dedicados sustentabilidade
				Envolvimento comunidade e filantropia	Práticas Comerciais Responsáveis	Envolvimento comunidade e filantropia	Práticas Comerciais Responsáveis				
Bradesco	Brasil	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Itau Unibanco	Brasil	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Santander	Espanha	x	x	x	x	x	x		x	x	x
Banco do Brasil	Brasil	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Caixa	Brasil	x	x	x	x	x	x		x		x

Fonte: Elaboração própria.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

Os bancos brasileiros disponibilizam o código de ética e/ou conduta, link para a página sustentabilidade, onde é possível encontrar o link para o relatório integrado. As instituições bancárias brasileiras apresentam os projetos de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental e os seus resultados. Os bancos também procuram mostrar que adotam as melhores práticas de mercado e que isto resulta em reconhecimento pela sociedade civil.

Neste sentido, merece destaque o envolvimento dos bancos com iniciativas voltadas ao propósito minimizar os efeitos da pandemia do Covid-19 sobre a população. Os bancos estudados participam também, de fundações e/ou associações com ações voltadas à sustentabilidade e à responsabilidade social.

Silva Filho et al. (2020), entre outros, afirmam que os investimentos em responsabilidade socioambiental estão articulados à estratégia empresarial. Daí, a preocupação em comunicar suas iniciativas e os investimentos realizados em responsabilidade socioambiental, entendido como um meio para as empresas obterem vantagem competitiva à longo prazo.

Efetivamente, as evidências levantadas indicam que a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental fazem parte da estratégia competitiva do negócio. O envolvimento com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental é um dos meios pelos quais os bancos constroem sua reputação e melhoram a imagem entre os stakeholders. Rehman et al. (2020), Karwowski e Raulinajtys-Grzybek (2021, p. 1273) afirmam que a reputação conquistada por meio das atividades de responsabilidade social corporativa leva a avaliações positivas pelos stakeholders, bem como, a um impacto positivo na lucratividade da empresa. Clientes geralmente preferem comprar produtos de empresas socialmente responsáveis, o que minimiza os riscos, especialmente, em momentos de crise.

O quadro 2 temos a síntese das ações voltadas à sustentabilidade pelos principais bancos brasileiros. Ressaltamos o comprometimento das instituições bancárias com a sustentabilidade nas dimensões econômica, social e ambiental.

Examinando o quadro 2 temos a noção de sustentabilidade dos bancos brasileiros nas dimensões social, ambiental e econômica. As instituições bancárias brasileiras declaram o seu compromisso com um mundo sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental. A ideia de negócios sustentáveis, investimentos sustentáveis, compromisso com o meio ambiente, responsabilidade ambiental, inclusão e trabalho decente estão presentes nos relatórios integrados estudados. Ressalte-se que as práticas relatadas pelos bancos brasileiros e aplicadas aos diferentes stakeholders atendem ao previsto na Resolução nº 4.327.

Portanto, fica evidente que existe uma motivação estratégica para as ações voltadas à sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, como resposta às ameaças do ambiente competitivo, para elevar a competitividade, melhorar a imagem dos bancos. Galbreath (2009) e McManus (2008) mostram que o alinhamento da responsabilidade social com a estratégia da empresa ocorre no mundo todo e em todas as dimensões da sustentabilidade.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

Quadro 2. Apreensão da noção de sustentabilidade pelas instituições bancárias.

Banco	Sustentabilidade econômica	Sustentabilidade ambiental	Sustentabilidade social
Bradesco	Realizar negócios sustentáveis	Compromisso com o meio ambiente e clima	Acolher a diversidade
Itau Unibanco	Financiamento em setores de impacto positivo	Gestão responsável	Gestão inclusiva
Santander	Desenvolvimento de potenciais	Uso estratégico e eficiente dos recursos ambientais	Economia resiliente e Inclusiva
Banco do Brasil	Investimento sustentável	Responsabilidade ambiental	Responsabilidade social
Caixa	Realizar negócios sustentáveis	Responsabilidade ambiental	Combate ao trabalho análogo à escravidão

Fonte: Elaboração própria

4.2. Análise dos relatórios integrados

Procuramos avaliar os relatórios integrados dos bancos brasileiros nas dimensões social, ambiental, econômica e de governança.

As instituições bancárias brasileiras reconhecem que podem impactar o meio ambiente na medida em que oferecem crédito para as atividades produtivas. Verificamos que os bancos estudados declararam possuir linhas de crédito voltadas aos investimentos sustentáveis, que utilizem de forma consciente e responsável os recursos naturais, com atenção especial para a energia renovável, entre outras coisas.

Na dimensão social verificamos que os bancos brasileiros possuem iniciativas como, o apoio às instituições filantrópicas e aos projetos voltados à elevação da qualidade de vida da população e ao seu progresso social e cultural, o combate à desigualdade de gênero por meio de linhas de crédito favorecidas para empresas lideradas por mulheres e, ainda, tomando iniciativas que ajudem a comunidade empresarial a incorporar em seus negócios valores e práticas que visam a equidade de gênero e o empoderamento feminino. Além disso, os bancos manifestaram sua disposição para combater as violações dos direitos humanos e o trabalho em condições análogas à escravidão. Como já mencionado por Min, Desmoulins-Lebeault, Esposito (2017) estas iniciativas fortalecem os laços com as partes interessadas e podem contribuir para resultados positivos nos negócios.

A governança é relevante para os bancos brasileiros. Nos relatórios integrados as instituições bancárias declaram sua disposição em aumentar a transparência por meio da divulgação de informações financeiras e não financeiras relevantes por meio do monitoramento das questões ambientais, sociais e de governança, relevantes para o mercado nas prestações de contas. Além disso, os bancos afirmam ter políticas de anti-corrupção e mecanismos de controle e compliance que assegurem a integridade das instituições bancárias.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

No que diz respeito ao aspecto econômico, as instituições bancárias declararam seu compromisso com a sustentabilidade financeira dos negócios, mesmo quando implementem políticas com o propósito de contribuir para uma sociedade mais inclusiva e apoiem clientes na transição para uma economia mais sustentável.

Efetivamente, como mencionado por Silva Filho et al (2019) e de forma análoga às empresas do setor farmacêutico, os bancos brasileiro parecem estar atentos às exéctativas dos stakeholders atuando no melhor interesse da sociedade, com o propósito de minimizar os riscos, e elevar a reputação e o sucesso do negócio no longo prazo

Em 2015 as Nações Unidas propuseram os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que tem o propósito de transformar o mundo para 2030 por meio, entre outras coisas, da erradicação da pobreza, da proteção do meio ambiente e, ainda, assegurar que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade, denominada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015). Naturalmente, alcançar propósitos ambiciosos como os previstos na Agenda 2030 exige o comprometimento das pessoas, empresas, governos e instituições bancárias.

Os bancos brasileiros declaram por meio dos relatórios integrados o seu compromisso com os ODS, inclusive apontando as suas prioridades e o apoio às metas a serem cumpridas até 2030. No quadro 3 temos o envolvimento das instituições bancárias brasileiras com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Quadro 3. ODS's priorizados pelas instituições bancárias no Brasil.

ODS	Bradesco	Itaú Unibanco	Santander	Banco Brasil	Caixa
1		x	x		
2			x		
3			x	x	
4	x	x	x		
5	x	x	x	x	
6			x	x	x
7		x	x		x
8	x	x	x		x
9	x	x	x		x
10	x	x	x	x	x
11		x	x	x	x
12		x	x		x
13	x	x	x	x	x
14					



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
 VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
 16 a 18 de novembro de 2021

15			X		
16		X	X		
17			X		

Fonte: Elaboração Própria

6. CONCLUSÃO

Os resultados indicam que as instituições bancárias brasileiras possuem projetos e programas direcionados ao campo da sustentabilidade e responsabilidade socioambiental. As organizações estudadas apresentaram em seus respectivos websites informações como, código de ética e/ou conduta, relatório de sustentabilidade, relatório integrado, projetos de responsabilidade socioambiental, entre outras coisas, evidenciando que a sustentabilidade é parte integrante da estratégia competitiva dos bancos brasileiros.

Por meio dos relatórios integrados as instituições bancárias manifestaram sua disposição em monitorar e prestar contas das questões ambientais, sociais e de governança relevantes para o mercado. Efetivamente, os bancos parecem dispostos apoiar práticas sociais, ambientais e de governança que contribuam para um mundo mais sustentável. Iniciativas desta natureza podem ajudar a transformar o planeta, face à relevância das instituições bancárias para a economia. Importante esclarecer que os bancos brasileiros atuam com o propósito de atender ao previsto na Resolução nº 4.327.

Os bancos brasileiros parecem estar atentos aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a Agenda 2030 das Nações Unidas e relatam estarem utilizando critérios mais rigorosos na concessão de crédito com o propósito de contribuir para um mundo mais justo, inclusivo e sustentável.

Constatamos também, que as instituições bancárias pesquisadas aderem ao movimento chamado Environmental, Social, and Corporate Governance (ESG), pois desenvolvem ações voltadas para o cuidado e a responsabilidade com os recursos naturais e suas interações com o ser humano, acompanhando uma tendência global de empresas e governos que se importam com os impactos das suas atividades na sociedade. Por fim, ressaltamos que se faz necessário o acompanhamento no tempo e a avaliação qualitativa do conteúdo das ações dos bancos brasileiros no campo da sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Muito além da economia verde. São Paulo: Abril, 2012.
- ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, edição 87, v. 29, n. 2, julho 2010, p. 97-113.
- AMARAL, G. V. O Papel dos Bancos no Desenvolvimento Sustentável: evidências empíricas no Brasil. Dissertação (Mestrado em Economia). Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho, 2018.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. Resolução CMN Nº 4.945, de 15 de setembro de 2021. Política



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-cmn-n-4.945-de-15-de-setembro-de-2021-345117266>
Acesso em: 10/10/2021.

BARAKAT, S. R.; POLO, E. F. Alinhamento Estratégico da Responsabilidade Social Corporativa: um Estudo de Caso no Setor Bancário Brasileiro. In. Encontro da ANPAD (Vol. 39). Belo Horizonte, MG: ANPAD, 2015.

BRAGA, J. C. S.; OLIVEIRA, G. C.; WOLF, P. J. W.; PALLUDETO, A. W. A.; DEOS, S. S. For a political economy of financialization: theory and evidence. *Economia e Sociedade*, 26, 829-856, 2017.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO - CMMAD. *Nosso futuro comum*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

ELKINGTON, J. Triple bottom line revolution: reporting for the third millennium. *Australian CPA*, v. 69, p. 75, 1994.

FACHIN, Odília. *Fundamentos de metodologia*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GALBREATH, J. Building corporate social responsibility into strategy. *TEBR*, 21(2):109-127, 2009.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Agenda 2030. ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Brasília, IPEA, 2018.

JACKSON, T. *Prosperidade sem crescimento: vida boa em um planeta finito*. São Paulo: Abril, 2013.

JEUCKEN, M. H.; BOUMA, J. J. The changing environment of banks. *Greener Management International*, 21-21, 1999.

KARWOWSKI, M.; RAULINAJTYS-GRZYBEK, M. The application of corporate social responsibility (CSR) actions for mitigation of environmental, social, corporate governance (ESG) and reputational risk in integrated reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Volume 28, Issue 4 p. 1270-1284, March 2021.

KNECHTEL, Maria do Rosário. *Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada*. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LEITE, C. M. *Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Empresas: contribuições do investimento social privado no Brasil*. 2018. Dissertação. (Mestrado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, 2018.

McMANUS, T. The business strategy/corporate social responsibility “mash-up”. *JMD*, 27(10): 1066-1085, 2008.

MIN, M, DESMOULINS-LEBEAULT, F, ESPOSITO, M. Should pharmaceutical companies engage in corporate social responsibility? *JMD*, 36(1): 58-70, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/> Acesso em 20/02/2021.



III *Sustentare* – Seminários de Sustentabilidade da PUC-Campinas
VI WIPIS – Workshop Internacional de Pesquisa em Indicadores de Sustentabilidade
16 a 18 de novembro de 2021

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Projeto para liderança empresarial nos ODS. S.d. Disponível em: <http://blueprint.unglobalcompact.org/sdgs/intro/>. Acesso em 20/02/2021.

OTHER, C. C.; MELO, M. F. S.; SOUZA, R.; CAMPOS-SILVA, W. L. Estratégia de Responsabilidade Social Corporativa no Setor Bancário: análise da atuação socioambiental do Bradesco e Itaú Unibanco. *Revista Metropolitana de Sustentabilidade (RMS)*, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 116-131, jan / abr, 2018.

PORTAL BRASIL. Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. S.d. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>. Acesso em 21/02/2021.

REHMAN, Z.U., KHAN, A., & RAHMAN, A. Corporate social responsibility's influence on firm risk and firm performance: The mediating role of firm reputation. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27, 1-15, August 2020.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 74, p. 65-92, 2012.

SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010.

SEVERINO, A. J. Metodologia do Trabalho Científico. 23. ed. rev. atual. São Paulo, Cortez, 2007.

SILVA FILHO, C. F.; FRANCISCO, B. S. C.; BENEDICTO, S. C.; SUGAHARA, C. R.; SILVA, L. H. V. Social Responsibility in the Food and Beverage Industry in Brazil. *International Journal for Innovation Education and Research*, v. 8, n. 7, p. 263–278, 2020.

SILVA FILHO, C. F.; DE BENEDICTO, S. C.; SUGAHARA, C. R.; GEORGES. M. R. R. Responsabilidade Social de Empresas da Indústria Farmacêutica Brasileira e Externa no Brasil. *RISUS – Revista e Inovação e Sustentabilidade*. São Paulo, v. 10. N. 2, p. 56-71, jun/ago, 2019.

TRIVINOS, A. N. S. Introdução à Pesquisa de Ciências Sociais. 1. ed., 17 reimp. São Paulo, Atlas, 2010.

VEIGA, J. E. A primeira utopia do antropoceno. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, v. XX, n. 2, p. 233-252, abr.-jun. 2017.

VEIGA, J. E. Para entender o desenvolvimento sustentável. São Paulo, Editora 34, 2015

VEIGA, J. E.; ZATZ, L. Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse? Campinas: Autores Associados, 2008. 77 p.

VILELLA, J. N. Responsabilidade Social e Ambiental como nova competência da Gestão de RH. Rio de Janeiro, IDEMP, s.d. Disponível em: <http://idemp-edu.com.br/artigos/36>. Acesso em: 25/06/2021.